



## **ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: O DESAFIO DE FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E ABERTOS À DIVERSIDADE**

José Higor Sousa Pereira <sup>1</sup>  
Jakelyne de Oliveira Cordeiro <sup>2</sup>  
Luis José Cordeiro Soares <sup>3</sup>  
Samara da Silva Santos <sup>4</sup>  
Ítalo D'Artagnan Almeida <sup>5</sup>

### **RESUMO:**

Percebe-se que desde sempre a questão da diversidade e do contato cultural esteve presente na humanidade e, agora, coloca-se de modo intenso nas sociedades modernas, induzindo a população a uma reflexão e conscientização sobre ações de intolerância. Desse modo, o presente trabalho visa utilizar um levantamento bibliográfico, onde se discute algumas das perspectivas diferenciadas que a Antropologia oferece para a compreensão das relações entre homem e sociedade, como uma possibilidade de se mitigar os problemas em virtude do acentuado índice de práticas preconceituosas e agressivas frente às diversas culturas. Nesse sentido, consta-se que o processo aqui debatido é significativo e necessário para fomentar todas as culturas como identidades de grupos distintos, contribuindo com ações contínuas e, sobretudo, relacionando-as com diferentes realidades, a fim de promover e construir uma sociedade aberta à diversidade cultural, como também, uma civilização democrática, crítica, participativa e referencial nos valores por ela repassados.

**Palavras- chave:** Antropologia, Diversidade, Educação, Cultura, Identidade.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sousa123higor@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, jakelineoliveira04@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luisiguinil@outlook.com;

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, samarasilvasantos@gmail.com;

<sup>5</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, dalmeida.italo@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

Em uma sociedade moderna nos deparamos diariamente com a interdisciplinaridade<sup>6</sup> nas escolas e nos mais variados espaços de áreas pedagógicas, vivenciando e propondo novas relações, dinamismo e experiências inovadoras que ampliam nossos conhecimentos e possibilidades de conversação entre outros saberes e a própria educação.

Neste sentido, possibilitando o aperfeiçoamento dessas alterações por sua célebre capacidade de aforar a cultura, a Antropologia constrói perspectivas de estudo para o desenvolvimento de conceitos e comportamentos do homem em sociedade e, principalmente, nos campos educacionais onde ainda há inaceitáveis práticas preconceituosas que fragilizam e oprimem aqueles que têm e sofrem por suas características culturais. É importante salientar que a real situação de tais práticas pode ser amenizada por medidas pertinentes, com reflexões sobre as culturas diversas e o respeito contínuo frente a cada identidade cultural.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a importância das práticas cidadãs como um aspecto favorável para a formação de cidadãos mais críticos e autônomos, já que a construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos.

Visto isso, a BNCC, aliada à escola e à sociedade, podem oferecer possibilidades de transformações cidadãs e educacionais em meio aos diferentes setores sociais, especificamente, na formação de indivíduos abertos às principais práticas e comportamentos culturais. Assim, é importante inserir nas escolas projetos que contemplem a cultura de cada aluno, bem como a oferta de atividades (visando características, identidades e aspectos culturais) que possibilitem uma construção harmoniosa e reflexiva acerca dos valores repassados. Neste sentido, justifica-se este artigo por discutir e fomentar perspectivas diferenciadas que a Antropologia oferece para a compreensão das relações humanas com o outro, visando que a Educação é uma peça fundamental para o progresso pacífico de tais relações, e que o espaço escolar (sendo ele um ambiente formador de valores éticos e morais) deve contribuir significativamente para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos

---

<sup>6</sup> Entende-se, neste artigo, baseado nas leituras de Ivani. F (2008, p. 14) que “A Interdisciplinaridade é a busca e a troca de ideias locais e sua universalização”. Seu diálogo, ao invés de replicar, partilha ideias e reflexões que aproximam o saber e a compreensão das diferentes línguas nas suas entrelinhas, arquitetando as coisas da lógica com a lógica das coisas.



socioculturais que respeitem, acolham e promovam a diversidade de comportamentos e visões de mundo.

O objetivo é construir um diálogo entre a Antropologia e a Educação, sendo elas, imprescindíveis para o desenvolvimento e a formação de cidadãos críticos e abertos à diversidade.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica por meio de discussões através dos aportes teóricos baseados em autores que trabalham com as temáticas sobre Antropologia e Educação como Lévi- Strauss (1976); Mello (1986); Gusmão (2003); Bauman (2007), entre outros. O artigo baseia-se num relato desenvolvido com estratégia participativa e que preservou a identidade cultural e social dos componentes envolvidos no estudo.

O levantamento deu-se por intermédio do estágio supervisionado que evidenciou a observação do fazer antropológico frente às práticas educacionais na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Pereira dos Santos, localizada no município de Imaculada – Paraíba.

Desse modo, por meio de várias atividades, tais como, consultas, leituras, observações, seleções e registros da internet, as informações foram processadas de acordo com as referências postas ou exigidas pelo tema escolhido, de forma que pudessem ser asseguradas aos pesquisadores as melhores condições de análise e obtenção das ideias pretendidas, bem como, permitir uma maior reflexão e conhecimento a respeito do assunto aqui abordado.

## **ANTROPOLOGIA CULTURAL E EDUCAÇÃO**

No atual cenário social, Antropologia e Educação hoje, estabelecem juntas um enfrentamento em que a desagregação do saber confere à Antropologia um estado de ciência e à Educação, a condição e possibilidade de prática. Consoante a isso, Educação segundo Paulo Freire (2003, p. 40) “é sempre curta teoria do conhecimento posta em prática e fundamental na reinvenção do mundo”. O autor ainda reitera que, “Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. Este processo é a Educação”.

Visto isso, entender a origem da cultura e seus complexos processos de desenvolvimento como construções sociais para melhor estudar suas raízes requer, antes de



tudo, conhecer o significado da Antropologia como ciência do humano e suas produções e qual a sua atribuição nesse substancial estudo. Neste sentido, Mello (1986, pg. 18) reitera que “A antropologia é comumente definida como um estudo do homem e de seus trabalhos. Assim definida, deverá incluir algumas das ciências naturais e todas as ciências sociais”.

Percebe-se que, desde sempre, a questão da diversidade cultural e de seu contato por meio das inúmeras relações sociais, políticas e econômicas esteve presente ao longo da história da humanidade e, agora, coloca-se de modo intenso na sociedade hodierna. No entanto, o que se apresenta como singular são as formas constituídas de explicação, cujas premissas teóricas parecem estar superadas como possibilidade de compreensão desse novo momento e dessa nova realidade. Tido como um dos mais proeminentes representantes da Antropologia moderna, o francês Claude Lévi-Strauss (2002) afirma que:

O mundo contemporâneo perdeu a fé em seus próprios valores. Sei que este não é nem o nosso problema principal, mas todos sabem que, no final das contas, nenhuma civilização pode se desenvolver se não possuir valores aos quais se agarrarem profundamente. Acredito, por sinal, que nenhuma civilização possa sequer se manter na situação em que a nossa se encontra. (Lévi-Strauss, 2002.p.47).

Dessa maneira, o cidadão (sendo ele um indivíduo que convive socialmente em grupos diversos), deve exercer seus direitos e deveres, praticando a cidadania e construindo relações recíprocas.

Contudo, para que esse diálogo se desenvolva faz-se necessário adotar uma abordagem interdisciplinar mais integradora, não no sentido de simplesmente tentar unir a Antropologia à Educação, mas sim, com a consciência de que problemas e temas educacionais e escolares (mesmo apresentando-se em formatos distintos, e sendo tratados, também, de maneira distinta) possam encontrar-se no caminho dessas duas ciências. Nesse cenário, um fato indiscutível se põe à vista: o contexto histórico informacional marcado pelas tecnologias digitais aborda outras mediações para se entender tais questões.

Conforme, Santos (1997, p. 191),

“O meio técnico científico informacional é a cara geográfica da globalização. A noção e a potência de desenvolvimento são conceitos plenamente elaborados na identificação de seus pressupostos teórico-metodológicos”.



Percebe-se que uma dessas mediações é a constatação de que a escola não é o único local de saber elaborado ou de elaboração de saberes e de formação, o que não significa desqualificar a escola ou os processos de escolarização, porém, outras instituições (como a mídia, o trabalho, as entidades da sociedade civil organizada, etc.) também são depositárias desse papel, ou seja, aprende-se, também, em lugares externos à escola, formais e não formais. Aceitar tal proposição é reconhecer que as relações sociais na escola ganham muito mais em complexidade e mudam com muito mais velocidade e intensidade.

Vale destacar, também, que esse mesmo cenário aponta outro desafio, o de entender que nessa dinâmica social constata-se em um mesmo movimento, que, se a sociedade contemporânea adquire, por um lado, ares de mundialização, ela assiste, por outro, ao crescimento das reivindicações pela autonomia contra formas de massificação, principalmente pela homogeneização cultural e seus desejos de afirmações em meio às singularidades de cada região, como etnia, língua, crença, gênero, religião e outros elementos que dizem respeito às culturas e às conformações identitárias de grupos sociais.

Percebe-se que a maioria das culturas não é respeitada e que a constatação de práticas preconceituosas é muito forte diante da não consciência ou ao senso crítico daqueles que persistem e participam, por exemplo, desses tipos de atos racistas, capazes de fragilizar e interromper a relação das vítimas com o próprio grupo e até mesmo com a própria sociedade construtora de alienações.

Dessa maneira, Marques (2012), afirma que,

O Relativismo Cultural<sup>7</sup> é um instrumento apreciativo e metodológico para o estudo de grupos sociais a partir da observação de suas manifestações culturais, sem emitir juízo de valor ou promover comparações entre grupos com base nos elementos e produtos de suas culturas. (Marques, 2012, p. 05).

A seguir, veremos um exemplo de uma prática racista ocorrida na rede pública de ensino e de como, ainda, a desigualdade interfere nos desejos, nas ações e, principalmente, nos sonhos das pessoas que só querem ser tratadas como “normais”. Ressalta-se, também, a discriminação pela cor da pele (colorismo<sup>8</sup> e pigmentocracia) marcada nas diversas nações

---

<sup>7</sup> Compreende-se, por Relativismo Cultural, de acordo com os estudos de Boas. F (2017, p. 78), um conceito antropológico que refere-se à atitudes de entender a cultura do outro dentro do seu próprio contexto, buscando entender os valores culturais de uma sociedade a partir dos padrões vigentes neste grupo social.

<sup>8</sup> O Colorismo é um conceito que consiste na discriminação pela tonalidade da cor da pele, também chamado de pigmentocracia. Muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas, o



que sofreram a colonização europeia e nos países pós-escravocratas. Especificamente, os termos acima mencionados mostram que quanto mais pigmentada uma pessoa, mais rejeição e exclusão ela sofrerá.

Perceberemos então, quão grande é a presença do preconceito existente no ambiente escolar, levando em consideração o trauma que a criança adquire e, sem dúvida alguma, a forma como até a cor da pele interfere na construção de uma sociedade justa.

O relato tem como tema “Quem quer ser o Menino Jesus?”, abordando práticas preconceituosas que fragilizam e constroem não só as crianças, mas, todos os envolvidos no espaço educacional e as vítimas que por ali passam.

## **QUEM QUER SER O MENINO JESUS?**

Em novembro de 2019, nas aulas de Arte e Ensino Religioso da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Pereira dos Santos, localizada no município de Imaculada – PB houve uma discussão entre os alunos da pré-escola juntamente com a professora onde seria escolhida a representação dos personagens pelos alunos no auto de Natal para as festas de encerramento do ano letivo, onde a turma supracitada foi incumbida de apresentar a história do nascimento de Cristo.

Em meio ao entusiasmo de todos com o projeto do teatro, um aluno de pele negra se levanta e se oferece para ser o Menino Jesus. Em um átimo de tempo, as demais onze crianças silenciaram repentinamente e olhavam “espantadas” para o colega que se colocara disponível para representar o Menino Jesus, junto à professora desconcertada perante a situação. E o menino da escola, de pele negra, também emudeceu.

A verdade é que, na reação de espanto dos pequenos alunos e da professora, estava inscrita a indagação: como pode um menino negro querer fazer o papel do Menino Jesus? Da figura sagrada, cuja representação no imaginário da cultura cristã ocidental é marcada pelo estereótipo europeu (pele branca, olhos claros, cabelos encaracolados), construído devido à exaltação etnocêntrica europeia.

Diante desse relato, como uma criança negra poderia representar um personagem religioso, cuja imagem fora etnocentricamente construída e difundida pela Europa no mundo inteiro, tomando como base a sua própria imagem e identificação? Tal espanto encontra

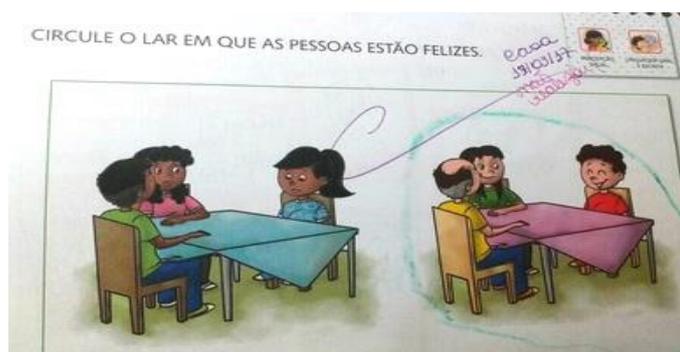
---

Colorismo parte do pressuposto de que quanto mais pigmentada uma pessoa é, mais exclusão e discriminação ela sofrerá. (Alice W. 1982, p. 28).



amparo e legitimidade nos livros didáticos, por exemplo, que funciona como um artefato da cultura escolar que ajuda a legitimar determinadas ideias e imaginários hegemônicos. Em vários deles, ainda em uso, podem ser encontrados registros que colocam o negro, no caso, como indivíduo inferior, na medida em que a diferença exposta pelos traços fenotípicos é naturalizada e traduzida como sinal quase congênito de desigualdade, de inferioridade, portanto, como uma situação insuperável. (Ver figura 01).

### Figura 01- O Racismo presente nos livros didáticos



**Fonte:** Reprodução do exercício do livro didático *Natureza e Sociedade* da Editora Formando Cidadãos (2014).

A verdade é que a escola, em geral, ainda lida com marcações culturais como se elas fossem únicas e homogêneas ou até mesmo inatas. Nesse sentido, quando a escola se comporta assim, termina contradizendo sua função social libertadora, já que apenas reproduz aquela mesma lógica que Lévi-Strauss identificou entre povos tradicionais para os quais “a humanidade só ia até os limites da sua aldeia”. Quando a questão da diferença como produção social escancara inesperadamente a reação à fala de uma criança, a instituição fica imobilizada.

Assim, a consciência de que a diferença da miscigenação étnica e cultural está presente no cotidiano da escola e da sala de aula aponta para a necessária reflexão sobre, pelo menos, duas questões importantes nas relações que se constroem em seu interior.

Primeiro, que a desigualdade não está apenas presente na vida fora da escola, ela também atravessa os muros da instituição escolar. Segundo, que a forma como se compreende e se trata a heterogeneidade interfere nas relações educativas, de aprendizagem e de socialização, na escola ou fora dela.

A verdade é que noções como essas, desde muito cedo, estão presentes no senso comum e na educação escolar atravessando as relações que se estabelecem nessa instituição. Seja em situações mais veladas ou de conflito aberto, elas existem e demonstram a permanência na sociedade de representações preconceituosas que orientam comportamentos



que são reproduzidos historicamente no interior da escola.

Para isso, Valente (1993, p. 13) reitera que “O que pode e deve fazer a escola para promover sua própria transformação é devolver ao discurso escolar aquilo que é hoje ocultado: o uso social que é feito dos conhecimentos que ela transmite”. Frente ao exposto, entender o campo educacional assumindo pontos de vista da Antropologia é, antes de tudo, tentar delimitar fronteiras que marcam ambas as áreas e que não podem simplesmente ser dissolvidas, mas, repensadas no sentido da articulação que mantém suas identidades e diferenças.

Em concordância com Laraia (2006, p.25) a “Cultura é todo este complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Neste sentido, é preciso não perder de vista que a escola é um espaço de interação e de convivência entre diferentes, mas não o único espaço, e nem atuando isoladamente. Sem dúvida, a instituição escolar sempre esteve integrada a um contexto mais amplo e pode ser um dos muitos lugares onde se tecem redes de sociabilidade e muitos modos e estratégias de participação social, visto que a instituição escolar é a segunda instituição que a criança tem relação, após a família.

Portanto, a consciência de que a diferença está presente no cotidiano da escola e da sala de aula aponta para uma reflexão urgente que perpassam as relações que se constroem no interior da instituição. A forma como olhamos e tratamos a diferença interfere nas relações educativas e, conseqüentemente, nas relações de aprendizagem e de socialização.

Um exemplo no caso exposto neste artigo é a abordagem da identidade etnocultural como uma construção dinâmica, relacional e contrastiva de ser e de estar no mundo que, ao ser incorporado aos estudos e práticas educacionais, permitirá entender os diferentes agentes simbólicos, sejam de negros, brancos, amarelos, índios ou outras determinadas etnias.

Existe a necessidade da união entre a antropologia e a educação interdisciplinar para a contribuição educativa reflexiva dos alunos, diante dos mais variados contextos culturais, para compreender a ampla diversidade dentro e fora da escola e como elas se desenvolvem e impactam na vida desses sujeitos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**



De acordo com a pesquisa exposta e as mais variadas dúvidas que surgiram ao longo da construção deste estudo, para compreendermos melhor os desafios de formar cidadãos críticos e abertos à diversidade, uma das respostas que se esboça está relacionada com a própria natureza dos tempos nos quais vivemos. O sociólogo – também muito lido em Educação e em Antropologia – Zygmunt Bauman, ao teorizar a atual realidade como “tempos líquidos”, “amores líquidos”, “medo líquido” etc., chama nossa atenção para o caráter transitório, passageiro e efêmero das atuais relações humanas e sociais.

É nesse sentido que podemos afirmar que a compreensão da diversidade etnocultural está diretamente ligada à formação de cidadãos críticos e autônomos por meio de reflexões, construção de valores e empatia com as culturas diversas, onde LAPLANTINE (2003, p. 7) mostra que “uma das maneiras mais proveitosas de se dar a conhecer uma área do conhecimento é trocar-lhe a história, mostrando como foi variando o seu colorido através dos tempos”.

Considerando esse mundo tão complexo, pergunta-se então: como formar sujeitos críticos em um mundo como esse? Como a escola pode atuar de forma a contribuir para uma formação crítica capaz de desenvolver nos estudantes uma consciência política capaz de participar diretamente da vida política, social e cultural da sua sociedade sem reproduzir preconceitos e violências?

Formar um sujeito crítico no atual cenário social é um dos maiores desafios que os docentes enfrentam, principalmente quando esse processo está diretamente relacionado com a identidade cultural. No que se refere a essa questão, a valorização do ambiente escolar se faz importante para a construção do conhecimento humano e, também, a política de reconhecimento do espaço educacional torna-se necessária para possibilitar um pensamento reflexivo e prático, no sentido de ir contra as imposições mercadológicas do capitalismo que aprofunda cada vez mais as misérias e as desigualdades sociais.

A partir dos resultados obtidos, evidencia-se que essa convivência com a diversidade nem sempre é pacífica. Assiste-se, por exemplo, hoje em dia, à multiplicação de diferentes conflitos em muitas regiões do mundo. Por outro lado, a ascensão de políticas reacionárias e de líderes políticos conservadores e intolerantes ao poder também tem contribuído para que essa dificuldade de convivência com a diversidade só se agrave. Como lidar com tudo isso?

Essa situação apresentada, longe de significar uma dificuldade intransponível deve servir para que percebamos ainda mais os desafios que se colocam para uma educação



contemporânea e comprometida com a promoção de um mundo mais justo, onde a diversidade não seja motivo de divisão, e sim, de cooperação.

A esse respeito, Gusmão (2003, p. 94) afirma que:

Nem a igualdade absoluta, nem a diferença relativa são efetivamente adequadas para compreender e solucionar o problema da diversidade social e cultural. Nisso residem o paradoxo e o desafio de nossas práticas e propostas educativas. [...] Nessa medida, a escola, mais que um espaço de socialização, torna-se um espaço de sociabilidades, ou seja, um espaço de encontros e desencontros. (Gusmão, 2003, p. 94).

Sendo assim, é essencial a verificação no processo de aprendizagem, que possa associar as relações sociais com seu cotidiano, e não impor um conhecimento pronto e encerrado. Freire (2006, p. 78) realça que “as possibilidades existentes para a construção do conhecimento deve haver uma relação entre o docente e o discente no desenvolvimento do senso crítico”. Dessa maneira, para que esse processo ocorra significativamente os docentes precisam mudar seus princípios e desenvolver práticas em que os discentes sejam considerados sujeitos socioculturais que estão a todo o momento em processo de transformação. Ampliar os horizontes nos espaços educacionais numa preparação para a coabitação com a diversidade cultural é ressignificar o processo de ensino-aprendizagem e formar cidadãos mais abertos a uma convivência pacífica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao abordarmos o tema Antropologia e Educação, percebemos o grande impacto que pode ser causado no corpo social de um determinado espaço nas suas mais variadas escalas de análise. O tema torna-se desafiador e muito importante perante uma sociedade que aceita, aliena e favorece para o crescimento dos mais variados tipos de preconceitos.

Dessa maneira, a importância dos conteúdos abordados deixa claro que a escola e a própria sociedade podem e devem ser locais que garantam e ofereçam possibilidades de crescimento mútuo dos discentes, docentes e de toda a população em geral. O procedimento dessa conscientização terá em vista uma educação problemática e defensora do desenvolvimento dos valores morais; da formação de cidadãos críticos; da erradicação da desigualdade e, principalmente, das superações das contradições encontradas em cada realidade dos locais estudados.



No campo da Educação, a Antropologia, como ciência da modernidade, reflete suas complexas sociedades do presente na construção de valores duradouros no atual cenário social. Neste sentido, as pesquisas educacionais precisam de um enfoque mais amplo e aberto aos desafios da pós-modernidade (caracterizada como toda a base sociocultural) para consolidar estruturas sociais, políticas e econômicas no mundo.

Sendo assim, pensar em situações educacionais e nos processos antropológicos é fazer reflexões pertinentes acerca da sistematização das vastas experiências que surgem ao longo dos diálogos e das vivências compartilhadas. A Antropologia, em parceria com a Educação, tem a capacidade de propiciar valores essenciais à vida, não se constituindo apenas em uma corrente de transmissão de informações, mas também, em um processo contínuo de influências e transformações em meio às identidades, hábitos e posturas apresentados por cada indivíduo frente ao mundo.

Dessa maneira, sendo cidadãos, antropólogos ou não, precisamos participar ativamente das reflexões e experiências concretas, contribuindo na formação e construção de cidadãos críticos e abertos à diversidade.

## **REFERÊNCIAS**

ALICE. W. **Se o presente se parece com o passado, como será o futuro?** São Paulo: MW Books. (1982).

BAUMAN Z. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Editora Zahar. (2007).

BOAS. F. **A mente do homem primitivo.** Petrópolis: Editora Vozes. (2017)

FREIRE. P. **A alfabetização de adultos: crítica de uma visão ingênua; compreensão de sua visão crítica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. (2003).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra. (2006).

GUSMÃO, N. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.** São Paulo: Abril Cultural. (2003)

IVANI. F. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Editora Cortez. (2008).

JEAN-CLAUDE F. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Editora Arte Médicas. (1993).

LAPLANTINE. F. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Editora Brasiliense. (2003).

LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Editora Zahar. (2006).



LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. (1976).

MARQUES, M. **Cultura, Identidade e o Debate Relativismo Cultural x Direitos Humanos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. (2012).

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural**. Petrópolis: Editora Vozes. (1986).

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel. (1997).

VALENTE A. **Transformação e Desenvolvimento Escolar**. Rio de Janeiro: Editora Nacional. (1993).